

Mulford mostra chances para redução da dívida

BRASÍLIA — O subsecretário do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, permaneceu por pouco mais de 24 horas no Brasil. Tempo suficiente para que as autoridades soubessem das chances concretas de redução da dívida brasileira junto aos cofres norte-americanos. De um total de US\$ 2,2 bilhões da "dívida oficial", o governo brasileiro, através de esquema de redução previsto no Plano Bush, poderá anular parte do débito, inclusive junto ao Eximbank dos Estados Unidos, que financia as linhas comerciais.

O esquema não foi detalhado porque a implantação do Plano Bush (que envolve questões de redução de dívida e estímulo a abertura de um mercado livre na América Latina) ainda depende de adaptações da legislação interna, como informou Mulford à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A idéia é separar o que se convencionou chamar de dívida consencional de US\$ 1 bilhão, da dívida comercial de US\$ 1,2 bilhão junto ao Eximbank. O tratamento seria o seguinte: para o US\$ 1 bilhão, contraído pelos governos anteriores para o financiar aquisição de alimentos, aplicar uma redução de até 60%. Nos 40% restantes, a parcela referente ao pagamento dos juros não seria remetida ao exterior. Ficaria no país, em cruzeiros, para financiar os projetos de meio ambiente. O débito com o Eximbank poderá ser reduzido em até 20%, mantendo o escalonamento natural para os cerca de US\$ 960 milhões, explicou o negociador extraordinário da dívida externa, Jório Dauster.

Essa estratégia será tentada com todos os credores oficiais. A partir de agora, quando a ministra começa a sentir um alívio das pressões do dia a dia da administração do programa de estabilização, a área externa passa a ser a prioridade. Inclusive junto ao Congresso Nacional, como foi comunicado ontem em almoço com o presidente da

Comissão de Economia e Dívida Externa, Severo Gomes. O subsecretário foi informado disso e a ministra espera que possa disseminar a linha de ação entre os credores buscando uma postura positiva em relação as negociações com o governo brasileiro. Um entendimento prévio com o Tesouro dos Estados Unidos significa menos problemas no relacionamento com os bancos e outros países credores, analisam as autoridades. "Ficou clara a limitação da capacidade de pagamento do país em função das restrições fiscais", comentou Jório Dauster.

O subsecretário foi informado, por exemplo, que a moratória brasileira está restrita aos bancos comerciais. Nada menos que US\$ 7,5 bilhões serão remetidos ao exterior na forma de pagamento de débitos junto a organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano), instituições oficiais de crédito, como os Eximbanks, e para as linhas de curto prazo.

☐ Começa hoje, com a visita de dois técnicos do banco francês Credit Lyonnais, a negociação individual que o governo brasileiro travará com os credores externos. Até dia 12 de setembro o embaixador Jório Dauster, negociador extraordinário da dívida externa, receberá, no Banco Central, a visita de representantes de sete bancos que foram os únicos, até agora, a responder o convite do governo brasileiro feito aos 30 maiores credores do país. Além da visita do Credit Lyonnais já estão marcadas a vinda do Morgan Guarantee (dia 27), do Manufacturers Hannover (dia 29) e do Bank Paribas (dia 30). Em setembro as visitas recomeçam dia 5 quando estarão no Brasil os técnicos do Bank of America e do Société Générale e no dia 12 será a vez do Bank of Montreal.